



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
Gabinete da Reitoria

PORTARIA Nº 2446/2018/GAB., DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através do Decreto Presidencial de 02 de abril de 2015, publicado no D.O.U. de 06 de abril de 2015, seção 2, página 1, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no processo administrativo nº 23051.011474/2017-33,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, o Plano de Logística Sustentável 2019-2023 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, que objetiva estabelecer práticas de logística sustentável e racionalização dos gastos na Reitoria e nos *Campi* do Instituto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Claudio Alex Jorge da Rocha
Reitor do IFPA
Decreto Presidencial de 02/04/2015
D.O.U. de 06/04/2015



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO IFPA

2019-2023

[Handwritten signature]

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS	7
2.1 Objetivo Geral:	7
2.1 Objetivos Específicos:.....	7
3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO.....	8
4. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO.....	9
4.1 Método Benchmarking.....	9
5. INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS.....	11
6. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DE MATERIAIS E SERVIÇOS.....	11
7. OBJETIVOS, INDICADORES E METAS DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO IFPA.....	12
8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLS DO IFPA	22
10. CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS	25
APÊNDICE I – DIAGNÓSTICO DO IFPA.....	26
ANEXO I.....	37

[Assinatura]

APRESENTAÇÃO

O presente documento é um empenho inicial de sistematizar toda a demanda de gestão e educação ambiental do IFPA. Para o processo, deve seguir a obrigatoriedade da sustentabilidade, visando às práticas de racionalização e sustentabilidade, utilizando parâmetros para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.

De acordo com o que determina a Instrução Normativa nº 10 de 12 de novembro de 2012-MPOG, é necessário o entendimento dos seguintes conceitos:

- I. **Logística sustentável:** processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
- II. **Critério de sustentabilidade:** parâmetro utilizado para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;
- III. **Prática de sustentabilidade:** ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional, visando à inserção de critérios de sustentabilidade econômica, social e ambiental nas atividades da Administração Pública;
- IV. **Práticas de racionalização:** ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão dos processos;
- V. **Coleta Seletiva:** coleta de resíduos sólidos previamente segregados, conforme sua constituição ou composição;
- VI. **Coletas eletivas solidárias:** coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

O Plano de Gestão de Logística Sustentável/PLS é uma ferramenta de planejamento que permite aos órgãos ou entidades estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública. O PLS-IFPA aqui registrado propõe que trabalhem para modificar desde a maneira como construímos nossos prédios, passando pela valorização da nossa água e de nossa energia, até a transformação dos recipientes onde depositamos nossos resíduos, dentre outros desafios, entendendo que integrar gestão administrativa pública e gestão sustentável é aspecto de fundamental importância.



Estimular a consciência cidadã da responsabilidade social, econômica e ambiental nos servidores de nossa instituição é um grande desafio para a implantação do Plano e, ao mesmo tempo, fundamental para o seu sucesso, visando à internalização pelos servidores dos princípios aqui norteados para a consecução do desenvolvimento sustentável do IFPA.

O PLS terá vigência de 05 anos, com vigência entre 2019 a 2023, podendo ser revisado e ajustado anualmente.

Desta forma, o IFPA objetiva criar um ambiente organizacional melhor à medida que o servidor tem a percepção de a instituição está comprometida com os princípios da sustentabilidade no seu conceito mais amplo e, destarte, cumprindo o que estabelece a legislação.

Assim, apresentamos à comunidade do IFPA este Plano de Logística Sustentável e pedimos que todos os gestores, desde o chefe de setor até o gestor máximo do Campus e da Reitoria, bem como a comunidade em geral, contribuam para a sua implementação.

1. INTRODUÇÃO

O mundo está ameaçado por uma série considerável de danos e perdas de muitos recursos naturais, incluindo a pesca, lagos e florestas, bem como experimenta grandes reduções na biodiversidade pela ameaça de enormes mudanças climáticas em todo o globo (OSTROM, 2003). Tais impactos desencadeiam desequilíbrios que afetam direta e indiretamente o habitat de diversos indivíduos e comunidades pertencentes a inúmeros sistemas e ecossistemas do planeta. Muitos estudos tratam do assunto, e destacam que algumas ações são decorrentes das atividades humanas e estão contribuindo para o aumento das mudanças climáticas, bem como para o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa (MMA, 2007; PELLEGRINO *et al.*, 2007; EMBRAPA, 2007, MACANA, 2008).

Devido a isso, nas últimas décadas, surgiu a ideia de sustentabilidade, cujo conceito é muito amplo, englobando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, tendo como argumento principal o auxílio às necessidades atuais dos seres humanos, sem afetar as necessidades que serão pensadas pelas gerações futuras. A proposta de aderir a um novo sistema de gestão e logística baseado em critérios de sustentabilidade consiste na assunção de responsabilidades e desenvolvimento de práticas educacionais e administrativas, projetos,

programas, procedimentos e aplicação de recursos da organização direcionados para a implementação e a manutenção de ações que visem ao desenvolvimento sustentável em consenso com as finalidades institucionais.

Portanto, a Administração Pública tem um papel importante para o processo de proteção ambiental, devido à aquisição dos materiais necessários ao desenvolvimento de suas atividades e à prestação de serviços. Essa responsabilidade se torna efetiva com a elaboração de políticas governamentais direcionadas à preservação do meio ambiente, sem deixar de se preocupar também com sua sustentabilidade econômica e social.

Nesse sentido, no limiar da década de 90, foram efetivados, em diversas instituições, instrumentos de gestão ambiental para o controle de danos ambientais e preservação da natureza, a fim de responder com maior eficiência às atuais demandas do mercado. Muitos instrumentos criados, desenvolvidos para melhorar seu desempenho ambiental, redundaram em uma série de vantagens econômicas: redução de custos e aumento de competitividade, abertura de novos mercados e diminuição de chances de serem surpreendidos por algum tipo de ônus imprescindível e indesejável.

Adotar critérios ambientais nas atividades administrativas e operacionais da Administração Pública constitui-se em processo de melhoramento contínuo, que consiste em adequar os efeitos ambientais das condutas do poder público à política de preservação dos impactos negativos no meio ambiente (BARATA, KLIGERMAN e GOMEZ, 2017).

Ademais, a partir de 2010, vários regramentos do Governo Federal têm pressionado os gestores das instituições públicas a adotarem práticas de sustentabilidade econômica, principalmente quanto à redução do consumo de energia elétrica, água e telefonia.

Desta forma, o PLS do IFPA busca direcionar as ações e esforços a serem empreendidos no âmbito de seu funcionamento institucional e vem atender ao determinado no art. 16 do Decreto no 7.746, de 5 de junho de 2012, e teve como base para sua elaboração os preceitos estabelecidos na Instrução Normativa nº 10 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, de 12 de novembro de 2012, abrangendo os seguintes temas: material de consumo, energia elétrica, água, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal. Na mesma baila, também está embasado no disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/90 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal.



O PLS foi elaborado por um Grupo de Trabalho formado por servidores da PROAD e da PRODIN, constituído por meio da Portaria nº 1810/2018. A elaboração do Plano é de fundamental valor para a institucionalização de uma cultura econômica, social e ambiental no IFPA, e espera-se que esta seja difundida pela comunidade administrativa e acadêmica para além dos limites dos Campi e Reitoria.

O Plano apresenta objetivos e metas de prazos diversos, que deve ser coordenado por uma Comissão Central, formada por representantes das unidades da Reitoria e dos 18 Campi do IFPA. Será um instrumento de planejamento que permitirá ao IFPA constituir procedimentos de sustentabilidade e racionalização de gastos através de um conjunto de objetivos e metas para inclusão de qualidades sustentáveis na gestão da logística da instituição, com proposta de diminuir impactos socioambientais.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

- Estabelecer práticas de logística sustentável e racionalização de gastos na Reitoria e nos 18 Campi do IFPA.

2.1 Objetivos Específicos:

- Sensibilizar e capacitar a comunidade do IFPA a adotar práticas de racionalização no uso de recursos naturais e bens públicos;
- Sensibilizar e promover capacitação do corpo funcional, força de trabalho e público externo, quando necessário, acerca da importância do consumo consciente, redução de custos, combate a desperdícios, economia e eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- Promover a economia e maior eficiência na utilização de recursos naturais;
- Realizar diagnóstico quanto aos gastos com energia elétrica e estabelecer meta de redução de gastos e meios para alcançar tal intento;
- Realizar diagnóstico quanto aos gastos com água e esgoto e estabelecer meta de redução de gastos e meios para alcançar tal intento;

- Desenvolver ações relacionadas a compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho e da sociedade como um todo.

3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO

Nossa Missão, constante do PDI do IFPA, é bem clara quanto à busca de estratégias para *promover educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes*. Com base nessa missão, faz-se necessário o atendimento de requisitos legais essenciais ao alcance dos objetivos institucionais a que se propõe. Por isso, faz-se essencial o conhecimento dos marcos legal relacionado à temática ambiental (Quadro 01):

Quadro 01 – Marco legal referente à Gestão Ambiental na Administração Pública.

LEGISLAÇÃO	OBJETO
Constituição Federal, Art. 225, Art. 170, IV	Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
Lei 8.666/1993 – ART. 3º	Estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal.
Lei 9.795, de 27 de abril de 1999	Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Lei 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010	Altera o artigo 3º da lei 8.666/93, introduzindo o desenvolvimento sustentável nas licitações governamentais.
Lei 13.186/2015	Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.
Decreto 2.783, de 17 de setembro de 1998	Dispõe sobre a proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que destroem a Camada de Ozônio-SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
Decreto 4.131, de 14 de fevereiro de 2002, alterado pelo decreto 4145, de 25 de fevereiro de 2002.	Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.
Decreto 4.281/2002	Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

LEGISLAÇÃO	OBJETO
Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006	Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.
Decreto 7.746/2012	Determina a adoção de iniciativas, dentre elas a A3P, referentes ao tema de sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais bem como suas vinculadas.
Decreto 8.540/2015	Estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos.
IN MPOG 01/2010	Estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens como suas vinculadas.
IN MPOG 10/2012	Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela Administração Pública Federal bem como suas vinculadas.
Recomendações CONAMA nº 12/2011	Indica aos órgãos e entidade do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA a adoção de normas e padrões de sustentabilidade.
ISSO 2.600	Diretrizes sobre responsabilidade social

4. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

A Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODIN) tem como atribuição propor à Comissão Central de Meio Ambiental a criação de diretrizes institucionais voltadas para o atendimento da legislação vigente.

Neste sentido, a PRODIN consultou, *a priori*, os Campi, levando em consideração um questionário aplicado sobre a matéria em questão acerca das ações voltadas à sustentabilidade que estavam desenvolvendo ou que estavam previstas, e elaborou uma minuta, levando em consideração as variáveis cobradas pelo TCU, mas também as necessidades de ações de sustentabilidade que devem ser desenvolvidas no âmbito do IFPA, em atendimento à legislação.

O questionário acima referido será aplicado anualmente para permitir a comparação com os dados coletados neste ano e, assim, poder-se verificar se houve evolução a partir da implementação do PLS.

4.1 Método Benchmarking

A metodologia adotada para a elaboração das ações constantes deste plano foi o Método Benchmarking. O *benchmarking* é uma ferramenta de gestão baseado na aprendizagem das melhores experiências de organizações similares. O objetivo principal desta

9

ferramenta é implementar mudanças que levem a melhorias significativas nos processos da organização e, conseqüentemente, nos seus resultados. A ferramenta foi adaptada para o propósito deste plano e utilizada como uma forma eficaz de se estabelecer metas e implementar as políticas de sustentabilidade no IFPA.

Para isso, a equipe técnica de elaboração do PLS-IFPA realizou uma vasta pesquisa dos planos de logística sustentável implementados em outros órgãos a fim de encontrar ações bem-sucedidas que poderiam ser adaptadas à realidade desta instituição. A partir disso, foi elaborada uma proposta de minuta que depois foi discutida mais amplamente entre todos os membros do GT.

O processo de implementação do plano será dividido em cinco fases:

- I. **Planejamento e Diagnóstico da Situação Atual:** esta fase consiste na identificação de cada item de despesa que gera algum tipo de impacto ambiental e econômico no desenvolvimento das atividades rotineiras da IFPA.
- II. **Definição de ações a serem implementadas:** consiste na identificação de práticas e ações já realizadas por outras instituições e que tiveram bons resultados, compatibilizadas com o diagnóstico da situação atual da instituição. Assim, com base nestes planos, foram selecionadas algumas ações que poderiam ser adaptadas e padronizadas à realidade do IFPA, identificando os responsáveis, os prazos e os possíveis custos envolvidos na implementação das ações. Além disso, também foram definidos indicadores para mensurar a eficácia e eficiência das ações. É importante destacar que a maioria das ações não implicam em ônus financeiro, fator este primordial na escolha das ações, visto que não há disponibilidade de recursos específicos para a implantação deste plano.
- III. **Monitoramento:** é a fase “contínua”, ou seja, que deverá ser mantida durante toda a vigência do PLS-IFPA, uma vez que permitirá que a instituição continue a atuar de forma sustentável. Consiste basicamente no controle e acompanhamento das ações ao longo dos períodos, para verificar o resultado da implementação dessas ações e se as metas estão sendo alcançadas. Serão realizadas avaliações e monitoramentos periódicos com o objetivo de prover informações quanto a eficiência e eficácia do Plano e, conseqüentemente, identificar as falhas e os pontos de melhorias para replanejamento das atividades que não estão alcançando os resultados esperados.
- IV. **Avaliação:** a avaliação do PLS-IFPA será realizada pela Comissão de Gestão do Plano ao final de cada exercício, para identificar experiências exitosas na instituição, o cumprimento das metas e revisão do plano, caso seja necessário.

Aha

5. INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS

Para definir os bens e materiais passíveis de critérios de sustentabilidade, faz-se necessário gerar um inventário, processo pelo qual é feito o levantamento e o arrolamento dos bens e materiais do IFPA. O produto desse inventário subsidiará o monitoramento da utilização dos bens e materiais em seus diversos aspectos transversais à sustentabilidade, possibilitando a tomada de decisão das futuras aquisições e contratações dos bens e serviços. O inventário de bens e materiais de consumo do IFPA consta no Anexo I.

6. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Os indicadores, metas e ações foram organizados em quadro próprio por eixo temático, a fim de facilitar a visualização e a compreensão das informações reunidas, conforme abaixo:

- a. Ações de sensibilização e divulgação
- b. Copos descartáveis
- c. Energia Elétrica
- d. Água e esgoto
- e. Consumo de Papel
- f. Compras e contratações sustentáveis
- g. Coleta Seletiva
- h. Qualidade de vida no Ambiente de trabalho
- i. Obras e manutenção predial
- j. Vigilância e Limpeza
- k. Impressão de documentos e impressoras instaladas
- l. Telefonia

Desta forma, a planilha abaixo, com os indicadores e metas norteará as ações da Comissão que coordenará a execução do PLS até 2023.



A

Riscos Identificados: Dificuldade de engajamento das unidades.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 02: Promover o uso eficiente de copos descartáveis

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Índice de Redução de consumo de copos descartáveis	$\frac{((\text{Consumo total de copos descartáveis no ano corrente} / \text{Consumo total de copos descartáveis no ano de 2018}) - 1) * 100}{100}$	Percentual	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 100 % até 2023.	Humano/ Financeiro		Dar preferência para aquisição de copos produzidos com materiais que minimizem os impactos ambientais em seu descarte;	Comissão Central		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Conscientizar através de comunicação visual a importância da racionalização do consumo de copos descartáveis.	Comissão Central		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Orientar o corpo funcional a substituir facultativamente copos descartáveis por copos duráveis, garrafas <i>squeeze</i> , canecas ou xícaras.	Comissão Central		Contínuo

Riscos Identificados: Falta de opções no mercado de materiais que atendam aos critérios de sustentabilidade

OBJETIVO ESTRATÉGICO 03: Gerir de forma eficiente energia elétrica

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Índice de racionalização de gastos com energia elétrica	$\frac{((\text{Gasto total com energia elétrica no ano corrente} / \text{Gasto total com energia elétrica no ano de 2018}) - 1) * 100}{100}$	Percentual	Reduzir o gasto total com energia elétrica em 10% até 2023	Humano/ Financeiro		Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução de consumo;	PROAD		Até 07/2019
				Financeiro		Controlar e monitorar o consumo de energia por centro de custo;	PROAD		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Adequar projetos de reforma ou construção aos padrões exigidos para obtenção de Selo Procel Edifica;	PROAD		Até 2023
				Humano		Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho: ventilação, iluminação natural;	PROAD		Até 2019
				Humano		Configurar os computadores e o ar-condicionado no modo econômico;	PROAD		Até 07/2019
				Financeiro		Instalar de sensores de presença;	PROAD		Até 2023
				Financeiro		Opitar pela aquisição de produtos que possuam	PROAD		Até 2023

[Assinatura]

OBJETIVO ESTRATÉGICO 03: Gerir de forma eficiente energia elétrica

				a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, da classe “A”.			
			Financeiro	Implementar sistemas de geração de energia utilizando recursos renováveis.	PROAD		

Riscos Identificados: Falta de recursos financeiros para implementação das mudanças necessárias nas instalações elétricas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 04: Reduzir o consumo de água e geração de efluentes

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Índice de racionalização de gastos com água e esgoto	$\frac{((\text{Gasto total com água e esgoto no ano corrente} / \text{Gasto total com água e esgoto no ano de 2018}) - 1) * 100}{\text{Percentual}}$	Percentual	Reduzir o gasto total com água e esgoto em 10% até 2023	Humano/ Financeiro		Acompanhar detalhadamente o sistema de monitoramento do consumo de água para identificar, de forma tempestiva, a ocorrência de vazamentos em instalações hidráulicas;	PROAD		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Analisar a viabilidade do aproveitamento da água de chuva em cisternas	PROAD		Até 2020
				Humano		Criar um banco de dados com contatos de destinação adequada dos efluentes gerados pelos laboratórios da Instituição;	PROAD		Até 2019
				Humano/ Financeiro		Elaborar estudo sobre sistema de reuso de água e de tratamento dos efluentes gerados;	PROAD		Até 2022
				Financeiro		Substituir torneiras mais eficientes (ex.: torneiras com sensores ou automáticas);	PROAD		Até 2022
				Financeiro		Adquirir e instalar equipamento que quantifica a saída de água dos poços para consumo;	PROAD		Até 2020
				Financeiro		Substituir descargas utilizando sistemas mais eficientes, como: descarga a vácuo;	PROAD		Até 2022
				Financeiro		Realizar a manutenção permanente dos equipamentos necessários para evitar o desperdício de água, como: bomba, encanção, torneiras, entre outros;	PROAD		Contínuo
				Humano		Reduzir a jornada de trabalho nos meses de férias (Janeiro e Julho).	Gabinete da Reitoria		Contínuo

Riscos Identificados: Falta de recursos financeiros para implementações das mudanças necessárias nas instalações hidráulica.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 05: Promover o uso eficiente de papel

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Índice de racionalização de consumo do papel	$\left(\frac{\text{Consumo total de resmas de papel do ano corrente}}{\text{Consumo total de resmas de papel no ano de 2018}} - 1 \right) * 100$	Percentual	Reduzir 50% do consumo de papel no ano de 2019 e estabilizar este consumo até 2022	Humano		Realizar a avaliação da sistemática de distribuição de papel;			Mensal
				Humano		Priorizar o uso de mídias eletrônicas como ferramentas de comunicação;			Contínuo
				Humano		Institucionalizar o uso de sistemas informatizados para a circulação e divulgação de documentos oficiais que não necessitem impressão;			Contínuo
				Humano/Financeiro		Priorizar a assinatura digital;			Contínuo
				Humano		Reaproveitar o papel que foi impresso em apenas um lado, para confecção de blocos de rascunho, quando possível.			Contínuo
				Humano		Evitar espaços ociosos no texto;			Contínuo
				Humano		Fazer a devolução de material não consumido ao almoxarifado para reaproveitamento ou destinação social;			Contínuo
				Humano		Solicitar a configuração de impressoras para imprimir documentos frente e verso;			Contínuo
				Humano		Revisar os documentos antes de imprimir e imprimir apenas se necessário;			Contínuo
				Humano		Realizar por meio de um software o levantamento e o acompanhamento efetivo do consumo de papel;			Contínuo
				Humano		Utilizar papel reciclado ou papel branco produzido sem uso de substâncias cloradas nocivas ao meio ambiente, ou produzidos com matéria prima certificada proveniente de reflorestamento;			Contínuo
				Humano		Reciclar ou restaurar os livros da biblioteca que apresentarem proliferação de fungos, quando possível.			Contínuo

Riscos Identificados: Falta de opções no mercado de materiais que atendam aos critérios de sustentabilidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 06: Aprimorar a gestão das aquisições e contratos para fornecimento de materiais de consumo, serviços e outros produtos alinhados aos preceitos de 3Ps da sustentabilidade.

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Percentual de gastos com aquisições com critérios de sustentabilidade de em relação ao total	(Gasto com aquisições com critérios de sustentabilidade / Gasto total com aquisições) * 100	Percentual	Elevar para 50% o percentual de aquisições de materiais de consumo adquiridos por meio de critérios de sustentabilidade e até 2023	Humano Humano Humano		Elaborar Guia prático para licitação sustentável; Incentivar a devida fiscalização dos contratos; Sempre que possível utilizar o sistema de registro de preço e as compras compartilhadas.	PROAD PROAD PROAD		2019 Contínuo Contínuo

Riscos Identificados: Falta de opções no mercado de materiais que atendam aos critérios de sustentabilidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 07: Reduzir a geração de resíduos gerados pelo IFPA e aumentar a destinação ecologicamente correta.

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Percentual de resíduos destinados à reciclagem e/ou doados	(Quantidade de resíduos destinados à reciclagem e/ou doados (em Kg) / Quantidade total de resíduos (em Kg)) * 100	Percentual	Aumentar para 30% o percentual de destinação dos resíduos sólidos, para reciclagem, até 2020	Humano/ Financeiro Humano/ Financeiro Humano/ Financeiro		Monitorar, por prélio, os dados dos resíduos recicláveis encaminhados para associação e/ou cooperativa. Firmar parceria com associação de catadores para coleta dos resíduos. Desenvolver campanha de esclarecimento acerca dos tipos de resíduos e formas corretas de descartes. Realizar levantamento dos materiais necessários para implementação da coleta seletiva na sede e nos anexos	PROAD PROAD PROAD		Anualmente Anualmente Contínuo Até 2019

					(caixas coletoras de papel A4, contêineres, lixeiras etc.).			
				Financeiro	Confeccionar placas sinalizadoras e cartazes informativos para facilitar o descarte.	PROAD		Até 2019
				Humano	Identificar, anualmente, os materiais ociosos nas repartições (permanente e de consumo) para redistribuir ou doar.	PROAD		contínuo

Riscos Identificados: Falta de engajamento dos servidores e espaço físico adequado à correta destinação dos resíduos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 08: Melhorar a qualidade de vida, potencializando o capital humano na Instituição..									
Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Número total de ações em cada unidade	Não possui	Unidade	Promover no mínimo 5 (cinco) ações de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho por unidade	Humano		Realizar diagnóstico de clima organizacional;	DGP		Até 07/2019
				Humano/ Financeiro		Promover atividades de integração e de qualidade de vida no local de trabalho, como: confraternizações, eventos esportivos, oficinas e palestras sobre temas diversos;	DGP		A partir de 2018
						Incentivar a realização anualmente a Semana do Servidor (com verificação das pressões arterial, circunferência abdominal, cálculo do Índice de Massa Corporal – IMC, palestras e blitz postural), Palestras para Educação Financeira, Programa de promoção educação alimentar e nutricional;	DGP		Annual
						Incentivar atividades físicas, convênios para academias e entretenimento, relaxamento e ginástica laboral;	DGP		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Avaliar a adequabilidade quanto a ergonomia de cadeiras e monitores para computadores;	DGP		Até 07/2019
				Humano/ Financeiro		Aplicar a ergonomia nos ambientes de trabalho (Instituir Comissão de Saúde e Segurança do Servidor);	DGP		Até 2022
				Financeiro		Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho;	PROAD/ Gabinete		A partir de 2018

OBJETIVO ESTRATÉGICO 08: Melhorar a qualidade de vida, potencializando o capital humano na Instituição..

			Humano/ Financeiro		Promover cursos de capacitação;	PROAD/ PRODIN/DGP	Contínuo
			Financeiro		Propor a disponibilidade de um espaço de descanso e convivência para os servidores e a aquisição de mobiliário confortável (ex.: pufes, mesas, cadeiras, etc.);	PROAD/ PRODIN/DGP	A partir de 2019
			Financeiro		Estimular a disponibilidade do acesso para pessoas com deficiência física (PDC)	PROAD	Até 2022
			Humano/ Financeiro		Promover ações que visem a prevenção, detecção precoce, tratamento de doenças, intervenção no processo de adoecimento e avaliação o estado de saúde do servidor.	PROAD	Annual
			Financeiro		Criar espaços coletivos de lazer ao ar livre.	PROAD	Até 2020
			Financeiro		Criação de áreas verdes arborizadas, com plantio de vegetação e conservação de paisagens nativas.	PROAD	Até 2020
Riscos Identificados: Existência do risco de inviabilização de algumas das iniciativas.							

Riscos Identificados: Existência do risco de inviabilização de algumas das iniciativas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 09: Gerar valor ambiental

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Percentual de obras e reformas com critérios de sustentabilidade	(Gasto com obras e reformas com critérios de sustentabilidade / Gasto Total com obras e reformas) * 100	Percentual	Acréscimo de critérios de sustentabilidade em 100% das novas obras e reformas	Humano/ Financeiro		Realizar planejamento de obras com a inserção das diretrizes de edificações sustentáveis, visando atender a resolução nº 114/2010 do CNJ e legislações relacionadas.	PROAD		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Estabelecer critérios sustentáveis na contratação de serviços de obras e reformas;	PROAD		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Identificar e utilizar materiais duráveis, certificados e sustentáveis, preferencialmente reciclados e de origem de recursos naturais renováveis, nas obras e reformas;	DINF/CAMPI		Contínuo



OBJETIVO ESTRATÉGICO 09: Gerar valor ambiental

				Humano/ Financeiro	Humanas	Melhorar as rotinas de manutenção predial preventiva objetivando redução de custos na manutenção predial corretiva.	PROAD		Contínuo
				Humano/ Financeiro	Humanas	Reduzir o desperdício de materiais na manutenção predial, reformas e obras.	PROAD		Contínuo

Riscos Identificados: Gestores optarem pelo custo mais baixo e não observarem os critérios de sustentabilidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10: Aumentar a eficiência na gestão dos contratos de limpeza e de vigilância.

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Percentual de contratos de limpeza e vigilância com critérios de sustentabilidade	(Gasto com contratos de limpeza e vigilância com critérios de sustentabilidade / Gasto Total com contratos de limpeza e vigilância) * 100	Percentual	Garantir que 100% dos contratos de limpeza e conservação e limpeza sejam instruídos com critérios sustentáveis	Humano/ Financeiro		Exigir da empresa adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados ou recicláveis, reutilizados e biodegradáveis;	PROAD		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Instruir novos editais de licitação, Termos de Referência e instrumentos contratuais com cláusulas sobre segurança do trabalho e sustentabilidade ambiental de acordo com normas vigentes;	PROAD		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Revisar o contrato de limpeza visando à racionalização em razão do real dimensionamento da área objeto do serviço contratado.	PROAD		Contínuo

Riscos Identificados: Onerar os contratos de vigilância e limpezas.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 11: Orientar a instituição para mudanças no comportamento e cultura de consumo de combustível.

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Índice de redução do Consumo de Combustível	(Consumo total de combustível no ano corrente (em litros) / Consumo total de combustível no ano de 2018 (em litros)) – 1) * 100	Percentual	Reduzir em 10 % o consumo de combustível até 2023	Humano		Otimizar a utilização da frota em serviço em demandas únicas, desde que o horário e a rota o permitam;	PROAD		Contínuo
				Humano		Conscientizar sobre a otimização dos meios de transporte utilizados pelos servidores, incentivando a adoção de caronas e a utilização transporte público municipal, a fim de reduzir as emissões de substâncias poluentes;	PROAD		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Verificar a viabilidade das reuniões de comitês e comissões em campus diferentes, para equilibrar o gasto com diárias entre os campi e entre os campi e a Reitoria;	PROAD		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Dar preferência a combustíveis de fontes renováveis;	PROAD		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Avaliar e melhorar rotinas de manutenção preventiva nos veículos oficiais;	PROAD		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Evoluir aos modelos de veículos de baixo consumo de carbono e menor consumo energético.	PROAD		Contínuo

Riscos Identificados: a) resistência à mudança; b) falta de envolvimento e compromisso.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12: Promover o uso eficiente de cartuchos e tóneres usados em impressão e serviço de cópias.

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Índice de	((Gasto total	Percentual	Reduzir em	Financeiro		Programar manutenção ou substituição	PROAD		Contínuo

redução de gastos com suprimentos de impressão	com suprimentos de impressão no ano corrente / Gasto total com suprimentos de impressão no ano de 2018 – 1) * 100	15% o gasto anual do IFPA com suprimento de impressão em todas as unidades.						
			Humano		das impressoras, em razão de eficiência;			
			Humano/ Financeiro		Incentivar o uso do modo de impressão rascunho quando aplicável;	PROAD		Contínuo
				Implantar ferramentas de gerenciamento de impressão;	PROAD		Até 07/2019	
			Humano	Dar preferência à utilização de impressão com estilo de fonte de texto capaz de economizar tinta e tóner, como: “Ecofont e Futura Light”.	PROAD		Contínuo	

Riscos Identificados: Falta de recursos financeiros para substituição de equipamentos e impressoras.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13: Reduzir os gastos anuais com telefonia fixa e móvel									
Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Índice de racionalização de gastos com telefonia fixa e móvel	(((Gasto total com telefonia fixa e móvel no ano corrente / Gasto total com telefonia fixa e móvel no ano de 2018) – 1) * 100	Percentual	Reduzir os gastos de telefonia fixa e móvel em 10% ao ano.	Humano		Estimular o uso de meios alternativos de comunicação	PROAD		Contínuo
				Humano		Revisar os contratos com o objetivo de reduzir os encargos, taxas e planos de minutos para telefonia fixa e móvel; licitar; contratar; acompanhar os serviços; fazer levantamento da necessidade de ligações DDD, DDI, móvel nas unidades.	PROAD		Contínuo
				Humano		Revisar limites na cota do uso de telefonia móvel.	PROAD		Contínuo
				Humano		Reduzir o número de aparelhos celulares	PROAD		Contínuo
Riscos Identificados: Infraestrutura de tecnologia da informação, da velocidade da banda larga e capacidade técnica insuficiente.									

Riscos Identificados: Infraestrutura de tecnologia da informação, da velocidade da banda larga e capacidade técnica insuficiente.

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLS DO IFPA

O monitoramento e avaliação do PLS serão realizados com base nos relatórios gerados pelos representantes das unidades que compõem a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável. A esta caberá:

- ✓ Coletar as informações relativas aos resultados alcançados;
- ✓ Realizar visitas periódicas para verificar o cumprimento da rotina;
- ✓ Analisar a evolução da implementação das ações com base em indicadores;
- ✓ Reportar trimestralmente à CPLS os *status* de cada iniciativa, os resultados alcançados e a evolução da meta geral relativa ao projeto ou subprojeto sob sua responsabilidade;
- ✓ Apresentar semestralmente à CPLS o relatório de monitoramento relativo ao projeto ou subprojeto sob sua responsabilidade que contenha o status de cada iniciativa, os resultados alcançados e a evolução da meta geral, até 10 dias após o fim do período;
- ✓ Apresentar anualmente à CPLS Relatório de acompanhamento relativo ao projeto ou subprojeto sob sua responsabilidade que contenha a consolidação dos resultados alcançados e propostas de iniciativas a serem revisadas ou modificadas, em até 30 dias após o período de conclusão do período de monitoramento.

A avaliação do PLS-IFPA será realizada em três etapas, conforme Quadro 02.

Quadro 02 – Avaliação do PLS

AVALIAÇÃO DO PLS		
Etapa	Ação	Descrição
1ª	Avaliação dos coordenadores das iniciativas	Aplicação de questionário a ser respondido pelos próprios coordenadores ou responsáveis pelas unidades, ou responsáveis pelas iniciativas. O Questionário deve ser estruturado a partir de quatro questões básicas: 1. Qual a sua avaliação quanto à execução do projeto e de suas iniciativas? 2. O que facilitou a execução das iniciativas? Explique. 3. Quais dificuldades enfrentadas na execução das iniciativas? O que pode ser feito para superá-la? 4. Você sugere alteração no projeto, como, por exemplo, exclusão ou inclusão de iniciativa? Em caso

Handwritten signature/initials.

		<i>positivo, explique e justifique.</i>
2ª	Avaliação com base de resultados esperados que deveriam ser alcançados com cada uma das iniciativas implementadas	Para verificação dos resultados alcançados deverão ser utilizados como referencial as informações prestadas pelos coordenadores das iniciativas.
3ª	Avaliação com base nos indicadores dos projetos e subprojetos.	Para essa avaliação, devem-se utilizar como referencial as metas constantes do painel de indicadores estratégicos do PLS-IFPA.

A avaliação permitirá que surjam recomendações para alterar o PLS ou seus indicadores e metas, em virtude, principalmente, de este ser o primeiro plano e do fato de alguns indicadores propostos não terem parâmetros no IFPA. Portanto, fica estabelecido que anualmente, no segundo semestre, após a apresentação dos relatórios de execução do plano, a Comissão se reúna para discutir possíveis ajustes no PLS.

9. PRÓXIMOS PASSOS

A seguir apresentamos as ações (Quadro 03) que devem ser realizadas, visando à implementação do PLS no IFPA.

Quadro 03 – Próximas ações

Ação	Responsável	Prazo
Aprovar o PLS junto ao Gabinete, com emissão de Portaria.	Gabinete do Reitoria	Novembro/2018
Apresentar o PLS no CODIR do IFPA	PRODIN	Dezembro/2018
Constituir a Comissão Central de Coordenação do PLS (Os membros da Comissão Central deverão ser servidores da PROAD e da Comissão de Meio Ambiente do IFPA)	Gabinete da Reitoria	Dezembro/2018
Constituir Comissões Locais nos Campi (servidores da DAP e das Comissões Locais de Meio Ambiente)	Gabinetes do Diretor Geral dos Campi	Dezembro/2018
Início da implementação do PLS	Comissão Central do PLS	Janeiro/2019

10. CONCLUSÃO

É imprescindível que modificações no comportamento e transformações de valores de um grupo passem, necessariamente, por alterações nos modelos individuais de consumo e costumes diários, gerando uma nova configuração para cumprimento de suas atividades diárias, que contribua para a sustentabilidade do desenvolvimento institucional. Sem dúvidas, é necessário que haja comprometimento de toda a comunidade acadêmica e um esforço

[Assinatura]

conjunto para transformamos o IFPA em uma instituição verde, com novos e importantes desafios que levarão a um estilo de vida mais sustentável. Saibamos todos nós que somos atores importantes de nosso presente e a nós cabe cuidarmos das nossas futuras gerações.

Nesse sentido, é preponderante que cada cidadão do IFPA contribua para atingirmos os indicadores propostos neste PLS.

[Assinatura]

REFERÊNCIAS

BARATA, M. M. L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMEZ, C. **A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica.** *Ciência. Saúde coletiva* [online]. 2007, vol.12, n.1, pp.165-170. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000100019>. Acesso em 5 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade:** caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI. Brasília, DF: MMA, 2007. (Série Biodiversidade, 26). Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/986>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Logística Sustentável 2013.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/PLS/PLS%20MMA%20-%20Versao%20Final%2021-05-13.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Parâmetros Ambientais e Qualidade de Água na Piscicultura.** Brasília, DF: Embrapa, 2000. Boletim técnico, n. 8. Disponível em: <[file:///C:/Users/llsle/Downloads/ParametrosAmbientais-QualidadeAgua%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/llsle/Downloads/ParametrosAmbientais-QualidadeAgua%20(1).pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2018.

MACANA, E.C. **Impactos potenciais da mudança climática no desenvolvimento humano.** Dissertação.2008. 241 f (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15643/000685419.pdf?sequence=1>>. Acesso em 5 jun. 2018.

OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. *Science*, v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2003.

PELLEGRINO, G.Q; ASSAD, E.D; MARIN, F.R. Mudanças Climáticas e a Agricultura Familiar no Brasil. **Revista Multiciência**, Campinas, n. 8, maio 2007. Disponível em: <<http://www.avesmarinhas.com.br/4%20-%20Mudan%C3%A7as%20Clim%C3%A1ticas%20Globais%20e%20a%20Agricultura%20no%20Bras.PDF>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

IFAP. **Plano de Logística Sustentável 2018-2023.** Disponível em: <http://www.ifap.edu.br/index.php/component/k2/item/1116>. Acesso em: 15 jul. 2018.

IFSULDEMINAS. **Plano de Logística Sustentável 2013.** Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PLS/Documentos/planodegestaodepls.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Plano de Logística Sustentável.** Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/06/46b1ce9d9857eb583df9e11d09de3068.pdf>. Acesso em: 15 jul.

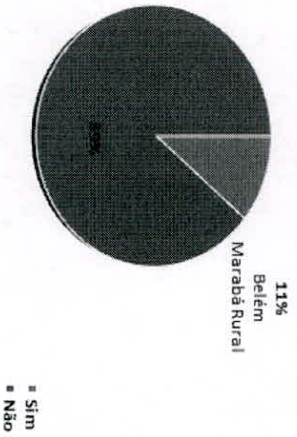


APÊNDICE I – DIAGNÓSTICO DO IFPA¹

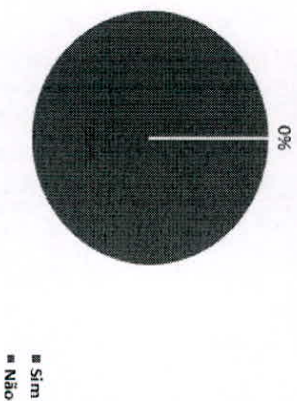
Resultado do Diagnóstico sobre a situação ambiental em 18 Campi do IFPA

[Assinatura]

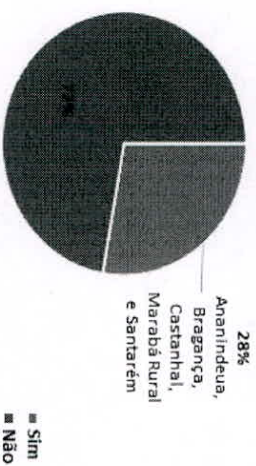
1 Painéis Fotovoltaicos: O Campus utiliza painéis fotovoltaicos?



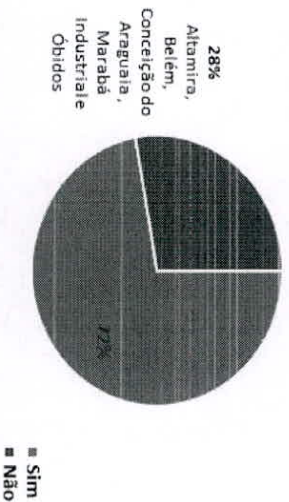
2 Aquecimento solar: O Campus possui sistema de aquecimento solar?



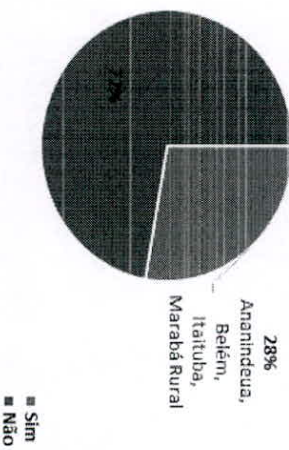
3 Capacitação: O Campus adota alguma medida de capacitação para a economia de água e energia?



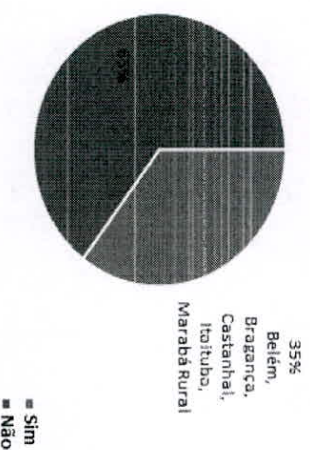
4 Consumo Consciente: O Campus adota alguma medida para incentivar o consumo consciente de água e energia?



5 Adaptação: O Campus realizou alguma adaptação em sua estrutura física para economia de água e ou energia?



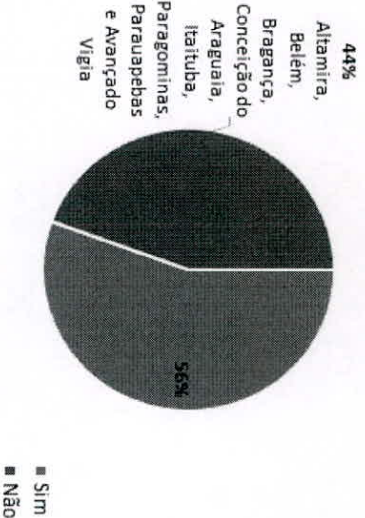
6 Irrigação: O Campus utiliza alguma técnica de otimização de irrigação?



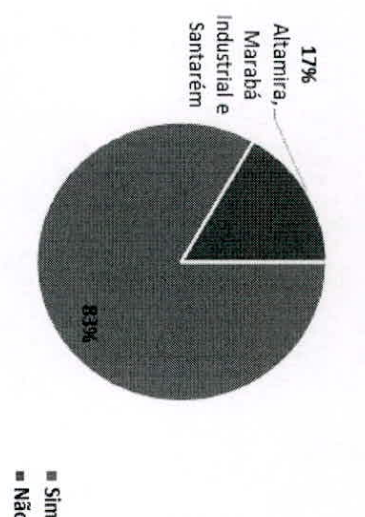
¹ Foi elaborado questionário padrão que continha perguntas sobre ações e alguns critérios de sustentabilidade ambiental e que foi aplicado nos 18 Campi e na Reitoria. O objetivo primordial era mapear as ações a serem desenvolvidas, em desenvolvimento, e ou sem proposição a serem realizadas.

[Handwritten signature]

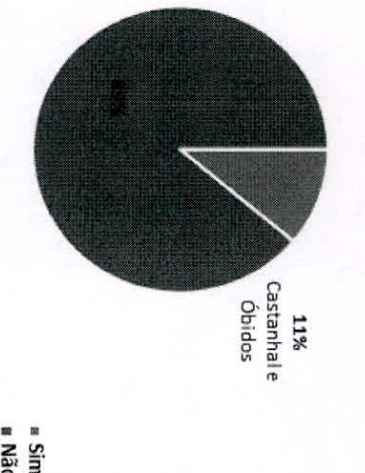
7 Central de água purificada: O Campus utiliza central de água purificada?



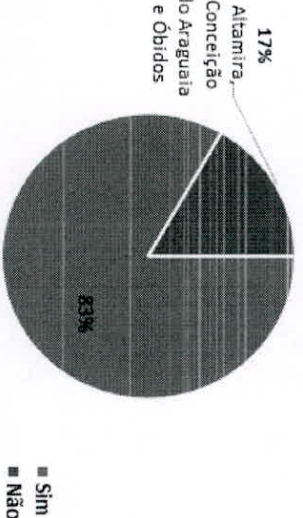
8 Manutenção: O Campus realiza manutenção de equipamentos hidráulicos e elétricos?



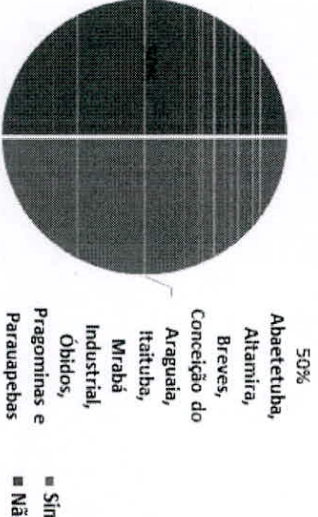
9 Reutilização da água: O Campus utiliza alguma técnica de reutilização de água?



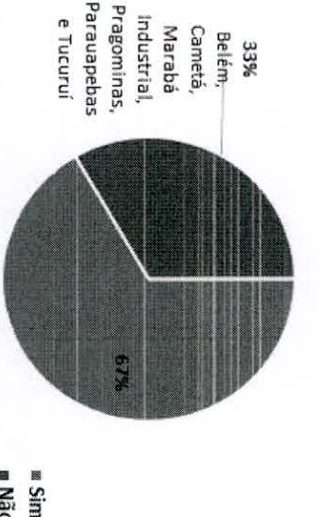
10 Execuções simples: O Campus estimula boas práticas para economia de água e energia?



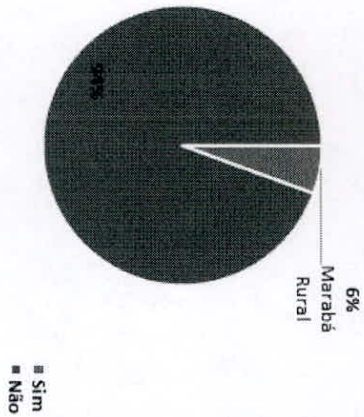
11 Modernização: O Campus prioriza pela aquisição de equipamentos com menor consumo de água e energia em troca de modelos ineficientes ou ultrapassados?



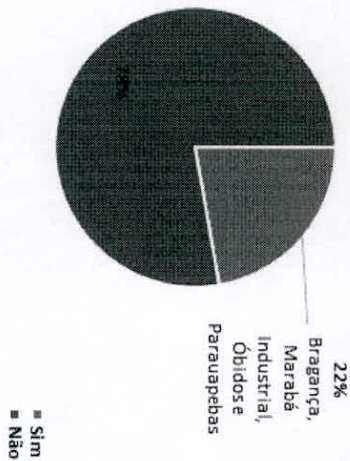
12 Poço Artesiano: O Campus utiliza água oriunda de poço artesiano?



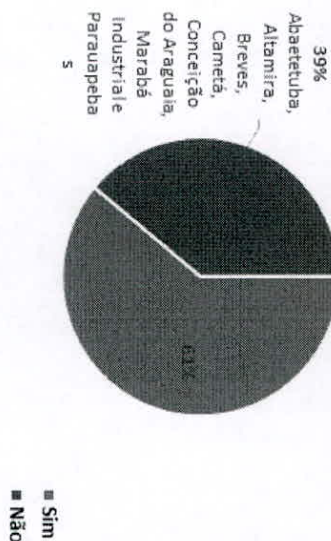
13 Energia Eólica: O Campus utiliza sistema de micro ou minigeração eólica?



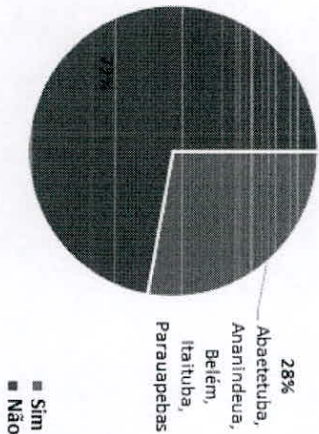
14 Registro de Consumo: O Campus realiza registro do consumo e gastos de energia elétrica e ou água por centro de custo (por exemplo, por prédios)?



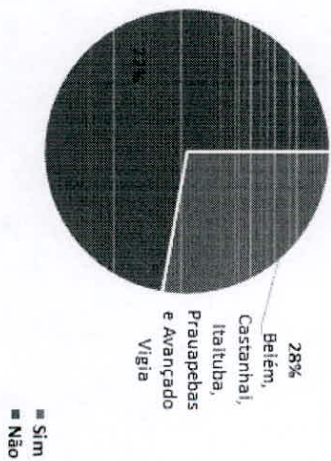
15 Reaproveitamento de resíduos sólidos: O Campus estimula ou realiza reaproveitamento de resíduos sólidos?



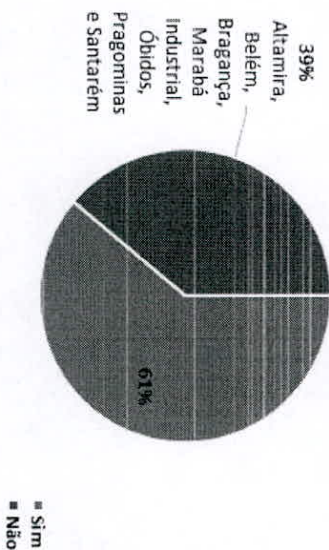
16 Comissão Interna: O Campus possui alguma Comissão Interna exclusiva para coordenar e executar ações e medidas de eficiência energética e ou de água?



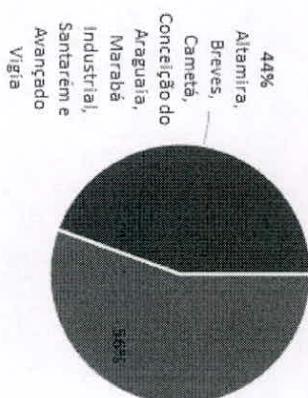
17 Outras soluções para Água e Energia: O Campus utiliza outras soluções para redução de gastos com água e energia que já tenham apresentado resultados e não foram contempladas neste questionário?



18 Eficiência do gasto público: O Campus realiza alguma outra medida que acarrete em uma forma mais eficiente de utilização dos recursos públicos?

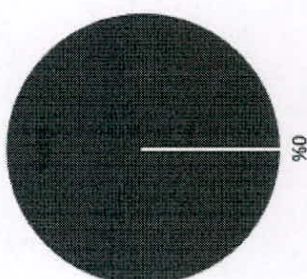


19 O Campus realiza a coleta seletiva de lixo produzido por ela? (Decreto nº 5.940/2006)



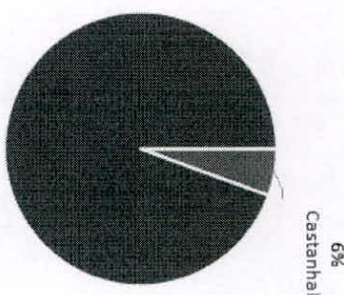
■ Sim
■ Não

20 O Campus possui convênio com associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis? (Decreto nº 5.940/2006)



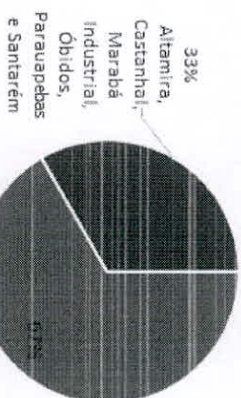
■ Sim
■ Não

21 O Campus possui comissão para a coleta seletiva solidária? (Decreto nº 5.940/2006)



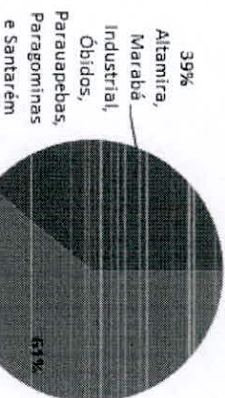
■ Sim
■ Não

22 O Campus já realiza licitações com critérios de sustentabilidade ambiental? (Decreto nº 7.746/2012)



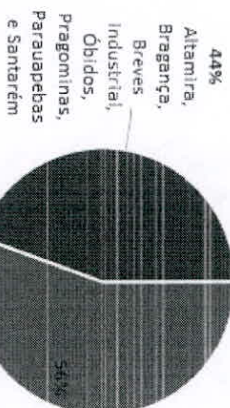
■ Sim
■ Não

23 O Campus já adquire bens produzidos com padrões de sustentabilidade ambiental? (Decreto nº 7.746/2012)



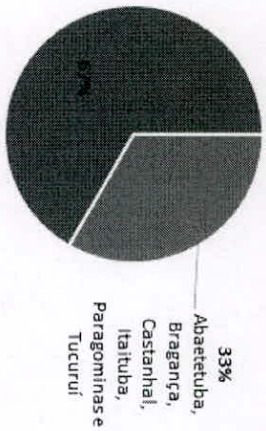
■ Sim
■ Não

24 O Campus já adquire serviços (Obras e empresas terceirizadas) produzidos com critérios de sustentabilidade? (Decreto nº 7.746/2012)



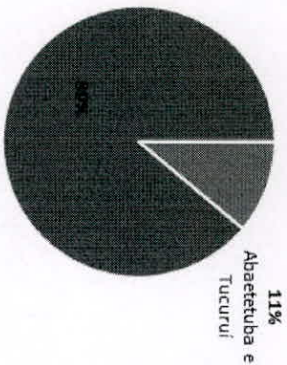
■ Sim
■ Não

25 O Campus já elabora projetos de construção ou de reforma de prédios que utilizem tecnologias que proporcionam a redução de consumo de energia ou água? (Decreto nº 7.746/2012)



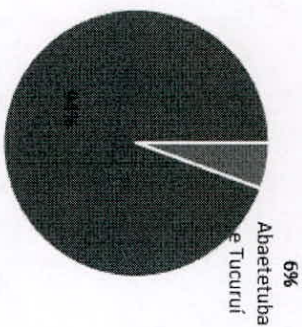
■ Sim
■ Não

26 O Campus já possui o inventário de bens e materiais e identificação de produtos similares de menor impacto ambiental para substituição? (Decreto nº 7.746/2012)



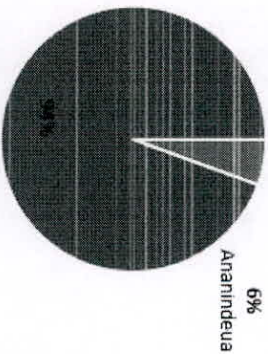
■ Sim
■ Não

27 O Campus já possui o Plano de Logística Sustentável (PLS)? (Decreto nº 7.746/2012; IN nº 10/2012)



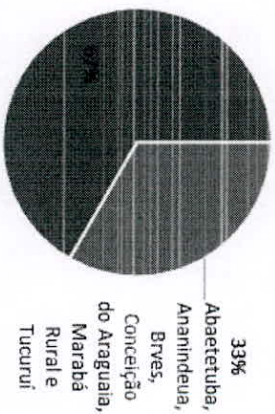
■ Sim
■ Não

28 O Campus possui uma Comissão de Logística Sustentável? (Decreto nº 7.746/2012; IN nº 10/2012)



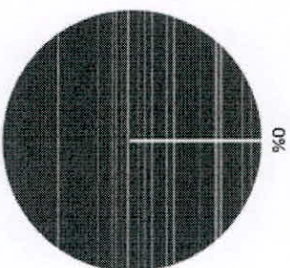
■ Sim
■ Não

29 O Campus capacita seus servidores para área de sustentabilidade ambiental? (Decreto nº 7.746/2012)



■ Sim
■ Não

30 O Campus já realizou a adesão a Agenda Ambiental Sustentável (A3P)?

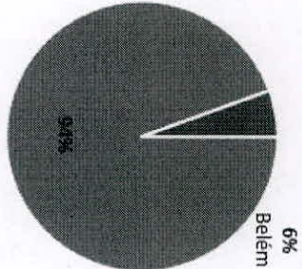


■ Sim
■ Não

[Handwritten signature]

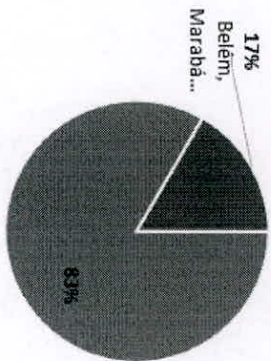
[Handwritten signature]

31 O Campus desenvolve projetos de pesquisa com o tema do meio ambiente?



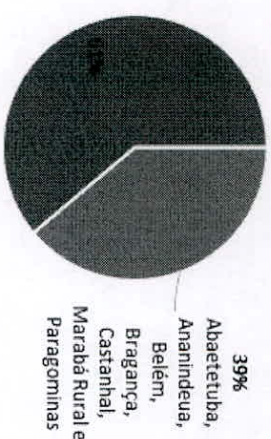
■ Sim
■ Não

32 O Campus desenvolve projetos de extensão sobre o meio ambiente?



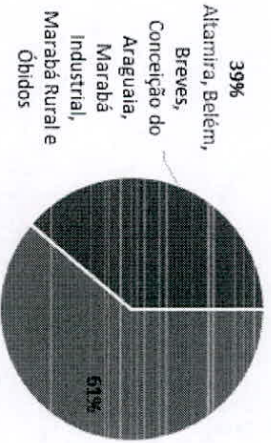
■ Sim
■ Não

33 Existem incentivos monetários (bolsas) para alunos e outros que se dedicam a atividades de sustentabilidade/meio ambiente?



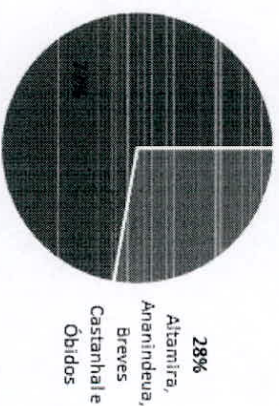
■ Sim
■ Não

34 Existem incentivos acadêmicos para os alunos que realizam atividades de sustentabilidade/ambiente



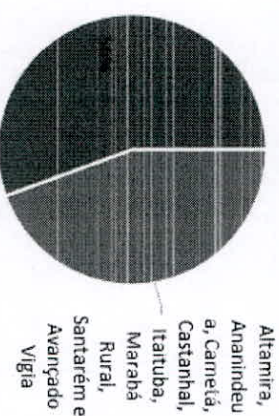
■ Sim
■ Não

35 O Campus possui o Plano Anual de Ações e Metas Ambientais do Campus?



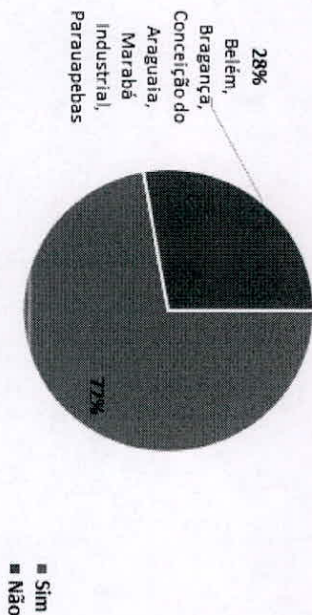
■ Sim
■ Não

36 Existe oferta para a participação da comunidade acadêmica em programas sócioambientais realizados fora do seu campus?

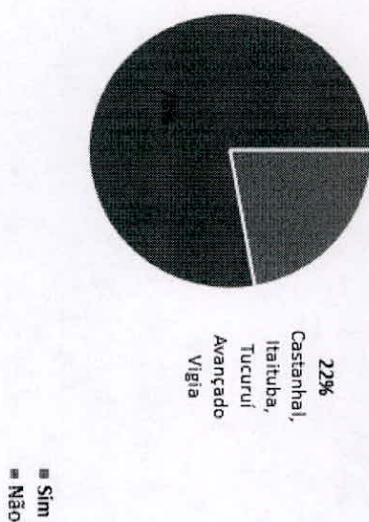


■ Sim
■ Não

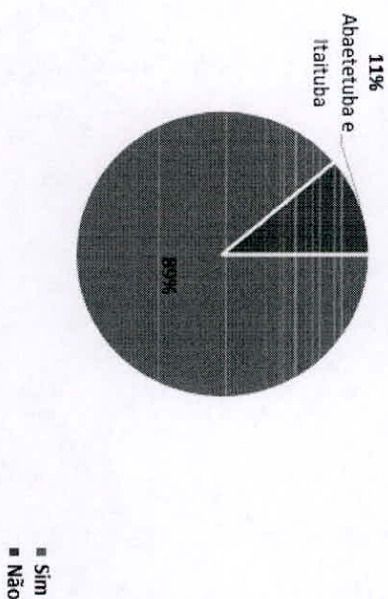
37 Estão envolvidos nas atividades e na execução da política ambiental ou de sustentabilidade os docentes, os técnicos administrativos, os alunos e os gestores?



38 Existe um canal para apresentar e responder sugestões, queixas, reclamações, etc. sobre ambiente e/ou sustentabilidade?



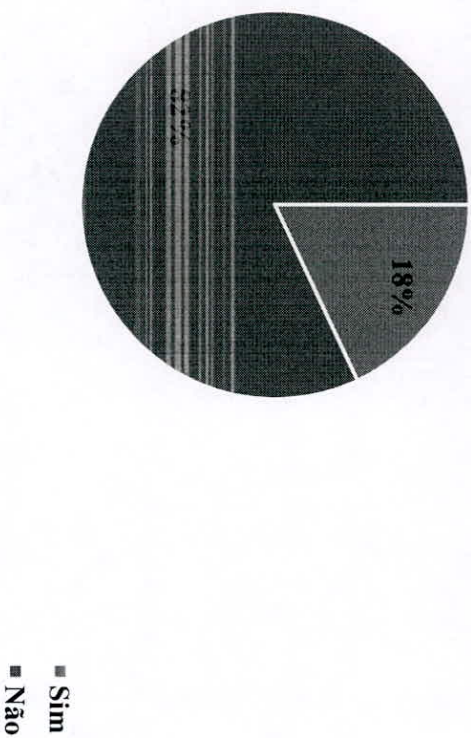
O Campus possui Comissão Interna de Meio Ambiente?



Resultado do diagnóstico aplicado na Reitoria



Diagnóstico das ações de Meio Ambiente na Reitoria



Pergunta	Alternativa	Status
1. Painéis Fotovoltaicos: A Reitoria utiliza painéis fotovoltaicos?	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução.
2. Aquecimento solar: A Reitoria possui sistema de aquecimento solar?	Não	A implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação.

Pergunta	Alternativa	Status
3. Capacitação: A Reitoria adota alguma medida de capacitação para a economia de água e energia?	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução.
4. Consumo Consciente: A Reitoria o adota alguma medida para incentivar o consumo consciente de água e energia?	Não	Essa solução está em fase de implantação
5. Adaptação: Reitoria realizou alguma adaptação em sua estrutura física para economia de água e ou energia?	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
6. Irrigação: A Reitoria utiliza alguma técnica de otimização de irrigação?	Não	Essa solução está em fase de implantação
7. Central de água purificada: A Reitoria utiliza central de água purificada?	Não	A implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação
8. Manutenção: A Reitoria realiza manutenção de equipamentos hidráulicos e elétricos?	Sim	Há menos de 1 ano
9. Reutilização da água: A Reitoria utiliza alguma técnica de reutilização de água?	Sim	Há menos de 1 ano
10. Execuções simples: A Reitoria estimula boas práticas para economia de água e energia?	Não	Essa solução está em fase de implantação
11. Modernização: A Reitoria prioriza pela aquisição de equipamentos com menor consumo de água e energia em troca de modelos ineficientes ou ultrapassados?	Sim	Entre 1 e 3 anos
12. Poço Artesiano: A Reitoria utiliza água oriunda de poço artesiano?	Sim	Há mais de 3 anos
13. Energia Eólica: A Reitoria utiliza sistema de micro ou mini geração eólica?	Não	A implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação
14. Registro de Consumo: A Reitoria realiza registro do consumo e gastos de energia elétrica e ou água por centro de custo (por exemplo, por prédios)?	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
15. Reaproveitamento de resíduos sólidos: A Reitoria estimula ou realiza reaproveitamento de resíduos sólidos?	Não	Essa solução está em fase de implantação
16. Comissão Interna: A Reitoria possui ativa alguma Comissão Interna exclusiva para coordenar e executar ações e medidas de eficiência energética e ou de água?	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução

[Assinatura]

Pergunta	Alternativa	Status
17. Outras soluções para Água e Energia: A Reitoria utiliza outras soluções para redução de gastos com água e energia que já tenham apresentado resultados e não foram contempladas neste questionário?	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
18. Eficiência do gasto público: A Reitoria realiza alguma outra medida que acarrete em uma forma mais eficiente de utilização dos recursos públicos?	Sim	Entre 1 e 3 anos
19. A Reitoria realiza a coleta seletiva de lixo produzido por ela? (Decreto nº 5.940/2006)	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
20. A Reitoria possui convênio com associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis? (Decreto nº 5.940/2006)	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
21. A Reitoria possui comissão para a coleta seletiva solidária? (Decreto nº 5.940/2006)	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
22. A Reitoria já realiza licitações com critérios de sustentabilidade ambiental? (Decreto nº 7.746/2012)	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
23. A Reitoria já adquire bens produzidos com padrões de sustentabilidade ambiental? (Decreto nº 7.746/2012)	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
24. A Reitoria já adquire serviços (Obras e empresas terceirizadas) produzidos com critérios de sustentabilidade? (Decreto nº 7.746/2012)	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
25. A Reitoria já elabora projetos de construção ou de reforma de prédios que utilizem tecnologias que proporcionam a redução de consumo de energia ou água? (Decreto nº 7.746/2012)	Sim	Entre 1 e 3 anos
26. A Reitoria já possui o inventário de bens e materiais e identificação de produtos similares de menor impacto ambiental para substituição? (Decreto nº 7.746/2012)	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
27. A Reitoria já possui o Plano de Logística Sustentável (PLS)? (Decreto nº 7.746/2012; IN nº 10/2012)	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
28. A Reitoria possui uma Comissão de Logística Sustentável? (Decreto nº 7.746/2012; IN nº 10/2012)	Não	Essa solução está em fase de implantação
29. A Reitoria capacita seus servidores para área de	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução



Pergunta	Alternativa	Status
sustentabilidade ambiental? (Decreto nº 7.746/2012)		
30. A Reitoria já realizou a adesão a Agenda Ambiental Sustentável (A3P)?	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
31. A Reitoria desenvolve projetos de pesquisa com o tema do meio ambiente?	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
32. Estão envolvidos nas atividades e na execução da política ambiental ou de sustentabilidade os docentes, os técnicos administrativos, os alunos e os gestores?	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
33. Existe um canal para apresentar e responder sugestões, queixas, reclamações, etc. sobre ambiente e/ou sustentabilidade?	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução
34. A Reitoria possui Comissão Interna de Meio Ambiente?	Não	Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução

[Assinatura]

ANEXO I

INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS (LISTA DE MATERIAIS DE CONSUMO (IN nº 10/2012- MPOG)

ITEM	CÓDIGO ²	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR TOTAL R\$ ³	ITEM SUSTENTÁVEL ⁴
1						
2						
3						

- ² Refere-se ao código do Sistema de Catalogação de Material (CATMAT) para as unidades integrantes do SISG. Para as demais, utilizar código de material usualmente empregado.
- ³ Somatório do valor em Real dos itens adquiridos no período de 1 ano.
- ⁴ Informar sim ou não.